

# CONSTELAÇÕES HÍBRIDAS

Heidrun Krieger OLINTO<sup>1</sup>

- **RESUMO:** A presença constante dos termos *híbrido*, *hibridez* e *hibridação* sugere a sua força explicativa singular na discussão atual em torno de conceitos de identidade e diferença. As reflexões propostas focalizam projetos teóricos recentes que ensaiam modelos alternativos para entender a complexidade e abrangência de novas constelações híbridas, entre elas processos de comunicação literária. Será destacada a proposta de Breinig e Lösch – que situam a relação identidade/diferença sob o signo da *transdiferença* – dialogando com modelos teóricos com acento sobre processos de hibridação em configurações identitárias.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Processos culturais. Literatura. Hibridação. *Transdiferença*.

## Uma nova *imaginação* teórica

A presença constante dos termos *híbrido*, *hibridez* e *hibridação* sugere a sua força explicativa singular na discussão atual em torno de conceitos de identidade e diferença. As reflexões propostas focalizam projetos teóricos recentes que ensaiam modelos alternativos para entender a complexidade e abrangência de novas constelações híbridas, entre elas processos de comunicação literária.

Um primeiro olhar sobre um projeto recente que situa a problemática da identidade sob o signo da *transdiferença* permite enxergar a sua índole processual em contraste com modelos de oposição binária. Concebida como pensamento alternativo, a proposta entende construções identitárias a partir de processos de diferença aliados – concomitante e necessariamente – à co-produção de *transdiferença*. Nesta perspectiva, uma teoria da *transdiferença* legitima os seus contornos indicando pontos de contato e distinções conceituais em diálogo com modelos teóricos que acentuam igualmente processos híbridos, inter-, trans- e multiculturais em suas propostas de configuração identitária.

Os idealizadores do projeto, Breinig e Lösch, pretendem, deste modo, ocupar um lugar novo nos discursos atuais de identidade e diferença, ao propor a manutenção de fronteiras e tematizar, ao mesmo tempo, a crescente dinâmica interativa de fenômenos e eventos pertencentes a múltiplas esferas afetivas e cognitivas, geralmente invisíveis em molduras teóricas centradas sobre mecanismos de redução

<sup>1</sup> PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22453-900 – heidrunko@gmail.com

de complexidade, que ocultam referências a repertórios múltiplos e impedem ou dificultam a sua recuperação (BREINIG; LÖSCH, 2002). Neste sentido, o conceito *doing identity*, no contexto de uma teoria da *transdiferença*, permite enxergar fenômenos complexos do mundo contemporâneo – tais como processos sócio-culturais e políticos, operações de produção e reprodução cultural e de negociação intercultural de identidade e representação simbólica – apontando não apenas para a sua construtividade e historicidade, mas focalizando, também, múltiplos pertencimentos sócio-culturais. Fenômenos de *transdiferença*, contrariando a estabilização da ordem estrutural pela inclusão de ações dissidentes, em lugar de sua exclusão e/ou assimilação, precisam ser (re)negociados relativizando a sua entidade e respectiva identidade como mera diferença.

Trata-se apenas de um jogo de conceitos? A minha leitura pretende sinalizar o potencial crítico deste projeto teórico a partir dos primeiros textos básicos de cientistas de áreas de conhecimento distintas, discutindo a *transdiferença* em diálogo com o pensamento da diferença, publicados na coletânea *Differenzen anders denken* (ALLOLIO-NÄCKE; KALSCHUEUR; MANZESCHKE, 2005).

Qual seria, então, a vantagem para uma investigação científica de processos identitários, de usar um neologismo que, pelo acréscimo do prefixo *trans*, arrisca ser apenas mais um termo metafórico e indeterminado, carregado de ambigüidades e, por isso, de reduzido potencial explicativo na discussão da diferença? Uma indagação de certo modo similar orienta o ensaio “*Notícias recientes sobre la hibridación*”, de Néstor García Canclini, de 2003, em que o autor rearticula a relação entre os conceitos de identidade e diferença ao revisar criticamente alguns dos pressupostos de seu hoje clássico texto *Culturas híbridas*, de 1989. A mudança mais significativa – responsável pela alteração do campo semântico e temático – torna-se visível na expressiva substituição do próprio termo *hibridez* por *hibridação*.

De origem terminológica da biologia como produto do cruzamento de características genéticas distintas, a categoria do híbrido abrange atualmente uma multiplicidade de formas culturais, de dois ou mais elementos distintos, que supostamente geram algo novo. No contexto dos estudos culturais, multiculturais e pós-coloniais ele é empregado para descrever e explicar a mescla complexa de estruturas e práticas sócio-culturais, de gêneros, discursos e configurações midiáticas que demandam a modificação do entendimento tradicional de identidade, cultura e diferença enquanto entidades construídas – e fechadas – por oposições binárias estáveis. A questão que se coloca hoje com mais ênfase em relação ao uso proveitoso do novo termo privilegiado por Canclini diz respeito à sua utilidade como conceito guarda-chuva, quando a “multiplicação espetacular” de formas híbridas durante o último século passou a dificultar ainda mais a sua consistência e precisão teórica, prejudicando o seu poder explicativo. Será que se podem traduzir

com proveito por um único termo experiências tão heterogêneas quanto processos comunicacionais, migratórios e interétnicos, processos de descolonização e globalização, de cruzamentos artísticos, literários e midiáticos, de intercâmbios do capital econômico e simbólico – não só nas artes mas igualmente na vida cotidiana – e, ainda por cima, em circuitos transdisciplinares e transnacionais?

O ganho inicial da substituição do termo *hibridez* por *hibridação* pode ser visto na relativização da noção de identidade, de caráter essencial, integrado, puro e a-histórico, a favor do acento sobre a heterogeneidade e *hibridação* intercultural como movimento processual. Na versão de Canclini, em um mundo tão fluidamente interconectado as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações, classes) se reestruturam como complexos interétnicos, transclassistas e transnacionais. O modo desigual com que os membros de determinado grupo se apropriam de repertórios heterogêneos de bens e mensagens disponíveis nos circuitos transnacionais, por seu lado, gera nas sociedades novas formas de segmentação. Hábitos e gostos são remodelados ao serem contaminados por ofertas comunicacionais massivas, ou enriquecidos com saberes e recursos estéticos de vários países, que modificam patrimônios culturais tradicionais. Um dos exemplos de Canclini que ilustram o novo cenário social diz respeito à experiência do México, onde habitantes se incorporaram a empresas coreanas ou japonesas e fusionaram o seu capital étnico de origem com os conhecimentos e disciplinas distintas em espaços transnacionais. Por essas razões a investigação de processos culturais, em vez de confirmar a existência de identidades auto-suficientes, permite antes “[...] situar-nos no meio da heterogeneidade e entender como se produzem as hibridações.” (CANCLINI, 2003, tradução nossa). O simples reconhecimento da pluralidade cultural pode funcionar, assim, como antídoto contra políticas de homogeneização fundamentalista abrindo caminho para inserir a noção de *hibridação* em redes conceituais como mestiçagem, sincretismo, transculturação e creolização acentuando, respectivamente, miscigenação étnica e racial, mistura de crenças religiosas, superposições interculturais, variações e fusões lingüísticas.

Durante os anos 80, expressões em torno do híbrido – em sua configuração adjetiva e substantiva, no singular e no plural – transformaram-se em conceitos-chave nos Estudos Culturais, e Homi Bhabha, Stuart Hall e Paul Gilroy se destacaram, entre outros, pelo acréscimo explícito de dimensões e funções políticas conferindo ao conceito de diferença o caráter de uma figura emblemática do pensamento intercultural. O questionamento enfático de tendências dualistas essencialistas nos contatos culturais teve como contraproposta inicial a projeção de um terceiro espaço. Neste modelo, a constituição de identidade e alteridade passava a ser traduzida como coexistência multicultural sem mediação dialética, como interpenetração incontornável de centro e de periferia, de dominador e dominado, celebrando-se o intelectual pós-colonial como parasita produtivo capaz de se aproveitar de

sua condição apátrida para encenar gestos subversivos. Neste contexto, uma das críticas reiteradas investia, por um lado, contra os fundamentos desse modelo, questionados como generalização inadequada por parte de um grupo de intelectuais cosmopolitas, em que se minimizava a realidade concreta da exploração colonial. Por outro lado, interrogava-se a sua pretensão subversiva fundada sobre conceitos de identidade, etnia, nação e cultura, de algum modo, vinculados com certa estabilidade, uma posição, portanto, que a maioria dos defensores de uma teoria do híbrido, na qualidade de contrapolo subversivo, precisamente pretendia superar. No entanto, as reservas mais contundentes dirigiam-se ao tom celebratório no uso do conceito de diferença, traduzido pela hibridez como forma de harmonização de mundos beligerantes em função da projeção do encontro localizado em um terceiro espaço.

Os contra-argumentos de Canclini (2003, tradução nossa) acentuam que

[...] na última década se fez bastante para reconhecer o caráter contraditório das mesclas interculturais ao passar do simples caráter descritivo da noção de hibridação – como fusão de estruturas discretas – elaborando-a como recurso para explicar em que casos as mesclas podem ser produtivas e quando os conflitos continuam operativos em função da própria incompatibilidade e inconciliabilidade das práticas reunidas.

Canclini, citando Cornejo Pólo, lembra a respeito que o migrante nem sempre está especialmente disposto a sintetizar os distintos momentos do seu itinerário. Além do mais, a oscilação entre a identidade de origem e a do destino pode levá-lo a falar com espontaneidade em vários lugares, sem precisar homogeneizá-los, ao passo que, em outros momentos, ele poderia aceitar o descentramento de sua história ao desempenhar, de forma não dialética, diversos papéis incompatíveis e contraditórios. Nos processos de intensificação intercultural migratória, econômica e midiática prevalecem, antes, contradição e diálogo, e não processos de fusão, coesão e osmose. Para Canclini (2003), são as políticas de hibridação que permitem incentivar e encaminhar o trabalho democrático com a permanência das divergências. Ele próprio adverte contra versões extremamente “amáveis” de mestiçagem, lembrando a conveniência de insistir na substituição do termo de hibridez pelo conceito de hibridação e de elaborar uma teorização não ingênua, baseada na consciência crítica de seus limites, especialmente em relação a práticas que não querem, ou sequer podem, ser hibridadas.

Estas últimas reflexões presentes na revisão de Canclini, mais de uma década depois da tematização do par dicotômico identidade/diferença, em *Culturas híbridas* (CANCLINI, 1998), permitem estabelecer um elo significativo com a recente elaboração teórica do conceito de *transdiferença*.

Em que consiste, afinal, a alegada diferença de sua proposta? Para os americanistas da Universidade de Erlangen, Helmbrecht Breinig e Klaus Lösch, o termo *transdiferença* deve o seu nascimento ao desejo de complementar o pensamento da diferença – em seus extremos polares ainda sentido como binário ou homogeneizante – por uma focalização mais complexa dos processos periféricos ativos nas esferas culturais intersticiais que se afastam dos centros reais ou simbólicos (BREINIG; LÖSCH, 2002). Neste sentido, o conceito de *transdiferença* pretende enxergar o que permanece invisível em modelos de diferença, ou seja, aquelas zonas indeterminadas de múltipla pertença, marcadas por estruturas tácitas de poder. Central nesta proposta – e aparentemente paradoxal – é o reconhecimento enfático da diferença como força geradora de orientação. Em outras palavras, a proposta não pretende subsumir a diferença em uma unidade mais elevada, mas tampouco preservá-la apenas como forma de orientação indispensável. Nesta ótica, tanto o foco exclusivo sobre a diferença quanto a sua desconstrução radical são questionados em função do restrito potencial explicativo na investigação de práticas, situações e fenômenos atuais concretos. Trata-se de uma concepção em sintonia com a substituição da idéia da *diferença-na-unidade* por *unidade-na-diferença* proposta por David Theo Goldberg em seu ensaio introdutório à coletânea *Multiculturalism*, por ele organizada (GOLDBERG, 1994). Interrogando tanto o modelo monoculturalista da assimilação que orientou durante longo tempo o sistema político norte-americano quanto o modelo de integração, expresso no termo *melting-pot* – baseado no comportamento normativo do cidadão americano na esfera pública e na tolerância da conduta particular do etno-americano na esfera privada – o autor favorece um projeto de *incorporação*. De índole transgressiva, com acento afirmativo sobre a diferença, esse modelo, por definição, se caracteriza pela infração das normas do *status quo* monocultural, pela promoção de novas iniciativas políticas de negociação e pela contestação da pureza obsessiva a partir do acento positivo sobre a energia criativa do impuro.

*Transdiferença* como “*concept in progress*”, com ênfase sobre o prefixo *trans*, pretende, desta forma, dialogar com conceitos vizinhos de diferença, não a partir de gestos de transgressão de linhas fronteiriças anteriores, mas, dando relevo à ambivalência por elas produzida, sublinhando neste próprio ato de confirmação performativa a sua inerente instabilidade. Homi Bhabha (1998) de certo modo sinalizava uma bivalência fundante similar, ao compreender fronteiras culturais como estereótipos fundados sobre continuidades e estabilidades que demandam, na dimensão espacial e temporal, simultaneamente constantes formas de afirmação e de repetição, mas com diferença. Em outras palavras, os processos operativos permanentes em espaços fronteiriços não representam garantia de estabilidade, mas antes se entendem como ameaça à continuidade de fronteiras e, por isso, necessitam de reiteradas estabilizações, pelo menos discursivas.

O autor de *O local da cultura* articula o discurso pós-colonial contemporâneo com a diáspora de intelectuais do chamado Terceiro Mundo, marcados por histórias de deslocamento. A sua dupla inscrição cultural, conferindo-lhes simultaneamente identidades plurais e parciais, está presente tanto na elaboração de repertórios teóricos complexos quanto em obras literárias de escritores hifenados que, em suas respectivas produções, traduzem esta condição pelo destaque dado a configurações híbridas. Termos como entre-lugar, entre-meio e entre-tempo, neste âmbito, circunscrevem fenômenos e vidas oscilantes situados em espaços fronteiriços, numa esfera do *além*, formulada por Bhabha (1998, p.19) como “[...] momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzem para produzir figuras complexas de diferença e identidade.” Estes locais de cultura e da arte atual não representam nem horizontes novos, nem o abandono do passado, mas demandam uma consciência aguda das posições concretas – de raça, gênero, local institucional, orientação sexual, localidade geopolítica – dos sujeitos que os habitam.

Esta constelação não corresponde ao dissenso intercultural, mas aponta para uma situação de conflito em seu interior. Culturas distintas só se tornam visíveis sobre o pano de fundo desta ambivalência. Os dissidentes, pelo menos durante certo tempo, podem movimentar-se em territórios localizados no entre-meio das culturas, sem que este lugar híbrido se transforme em terceiro espaço, em lugar alternativo estável e duradouro. Um dos argumentos de Breinig e Lösch, balizado por numerosos exemplos, cita a condição dos indígenas no mundo dos brancos, que nele se sentem como estranhos e não se entendem necessariamente como defensores de direitos humanos liberais, mas tampouco como críticos de fronteiras culturais. É precisamente o caráter precário e provisório deste lugar que encontra uma explicação teórica mais pertinente no conceito de *transdiferença*. Ao mesmo tempo, o seu próprio grupo transforma-os em estranhos, à medida que autoridades indígenas tendem a ver essa ambígua posição *transdiferente* como ameaça ao seu sistema jurídico e administrativo institucionalizado. E é em contextos como estes – impossíveis de serem explicados por modelos de desconstrução ou de homogeneização – que o conceito de *transdiferença* pode representar mais uma opção contra a lógica excludente do *isto ou aquilo*, e ser capaz, em certo sentido, de satisfazer os dois lados (BREINIG; LÖSCH, 2002). Nesta argumentação o dissenso não é celebrado, portanto, como saída a favor de um terceiro espaço, inaugural, independente, uniforme e estável, mas como tentativa permanente de perturbar o conhecido com o germe do novo. Deste modo, o conceito de *transdiferença* permite explicitar situações complexas, enxergando, pela crítica de conceitos monoculturais, processos de intercâmbio entre culturas distintas como regra e não como exceção.

Em suma, um dos pontos de partida significativos para o conceito de *transdiferença* encontra-se no questionamento do pensamento binário e da idéia subjacente de processos de transformação lineares. Neste sentido, afasta-se tanto da

visão de grupos culturais, enquanto portadores de determinadas identidades culturais claramente distinguíveis, quanto da compreensão da contingência cultural limitada à perspectiva diacrônica, dando relevo à heterogeneidade do sincrônico. A primeira opção diz respeito à organização espacial, enquanto a segunda se refere à ordem temporal, ambas vistas em sua condição interativa no modelo da *transdiferença*. Ou seja, a condição de *transdiferença* inexiste sem a marca da diferença. Os autores, idealizadores do projeto, esclarecem em reiterados momentos do seu programa-manifesto que o conceito pretende visualizar tudo que é refratário, que se rebela contra a inserção em polaridades de diferenças binárias, porque atravessa, por assim dizer, as fronteiras e torna oscilante a diferença inscrita, sem dissolvê-la. O conceito, embora interpelando a validade de constructos binários de diferença, não se entende tampouco como a sua superação. A diferença, por assim dizer, colocada entre parênteses, é preservada como ponto de referência: não há *transdiferença* sem diferença.

Deste modo, *transdiferença* não pode ser entendida como eliminação de diferença, como forma de desdiferenciação ou síntese, mas descreve, ao contrário, situações em que construções de diferença, fundadas sobre lógicas dicotômicas, se tornam flutuantes ao suspender temporariamente a sua validade sem, no entanto, serem desconstruídas de forma definitiva. [...] Em outras palavras, *transdiferença* se articula de modo suplementar e não substitutivo com relação ao conceito de diferença. (BREINIG; LÖSCH, 2002, p. 23).

### Estudos literários na ótica da *transdiferença*

O acento sobre fenômenos híbridos e estruturas heterotópicas, hoje constante nos debates em diversos territórios disciplinares, revela necessidades e desejos por modelos capazes de tornar compreensíveis características básicas de sociedades contemporâneas funcionalmente diferenciadas. Na esfera dos estudos literários estas novas questões, nascidas no contexto de mudanças significativas, iniciadas na década de 1960 e intensificadas nos anos subseqüentes, sinalizaram igualmente transformações expressivas.

Processos identitários de crescente complexidade passaram a ser tematizados com maior frequência a partir das transformações paradigmáticas iniciadas com propostas da chamada Estética da Recepção, colocando em questão a própria existência de uma entidade integrada, essencial, autônoma, chamada *literatura*.

Nesta época começam a circular trabalhos teóricos que questionam a visão exclusiva do fenômeno literário como artefato verbal assimilado pelo leitor numa atitude contemplativa, a favor do processo interativo que funde as instâncias do texto e do leitor, de que a Estética da Recepção representa apenas uma das propostas sugestivas iniciais. Uma teoria da literatura envolvendo o leitor numa ação produtiva de construção de sentido corresponde ao confronto do leitor com

uma experiência alheia, em que o texto representa o efeito potencial que mobiliza faculdades perceptivas e imaginativas do leitor. Esses efeitos e respostas não são propriedades nem do texto nem do leitor, mas ocorrem no entre-lugar que se produz durante o processo de leitura. Nos anos subseqüentes o interesse dos estudos de literatura desloca-se ainda mais nitidamente para uma perspectiva pragmática no sentido de contextualizar e historicizar processos de comunicação literária.

Três exemplos escolhidos aleatoriamente permitem ilustrar esses novos questionamentos. O primeiro diz respeito a um esboço de auto-representação do escritor e teórico norte-americano John Barth – um dos primeiros a ser chamado de pós-moderno – tentando entender o significado desta etiqueta, por ocasião do convite, em meados da década de 1970, para ministrar um curso sobre o assunto numa universidade alemã. Hesitante diante da falta de uma definição apropriada e já institucionalizada dessa suposta literatura pós-moderna, ele antes de mais nada declara só aceitar ser membro de um clube de escritores assim intitulado, se dele fizessem parte também o escritor colombiano Gabriel García Márquez e o italiano Ítalo Calvino. Uma avaliação de sua própria produção ficcional parece-lhe indicar, curiosamente, a presença simultânea de marcas estéticas de repertórios tão distintos quanto os projetos pré-modernistas, modernistas e pós-modernistas. Uma situação que não se repete tão somente em publicações sucessivas, mas, igualmente, no interior de uma mesma obra (BARTH, 1984).

O exemplo arrolado sinaliza, portanto, processos de identificação flexíveis que compõem a auto-imagem encenada pelo escritor, construída tanto em termos de uma localização transnacional quanto em termos de compromissos estéticos, que, numa visão tradicional, seriam rotuláveis, de certo modo, como disjuntivos, incoerentes, sem unidade. A presença simultânea de estilos históricos heterogêneos perturba qualquer classificação ortodoxa em estilos de época, como avalista de uma identidade estável, evidenciando, deste modo, também processos de identificação multiplicáveis na própria esfera interna (OLINTO, 2002).

O meu segundo exemplo merece, além de pequeno preâmbulo, um comentário posterior. As novas conexões transculturais não só modificaram as condições de produção e recepção literárias, mas além do mais, a própria lista de autores agraciados desde os anos 80 com o prêmio Nobel de literatura pode ser lida como lição de uma nova geografia política mundial. Os produtores dessas novas obras não buscam inspiração e interesse apenas em culturas nacionais; ao contrário, eles transitam, com vontade e à vontade, nos cenários da *world fiction*, orientando-se nos entre-espços culturais, na qualidade de eternos apátridas, ocupando não-lugares ou vivendo nos *imaginary homelands*, celebrados com tanta ênfase por romancistas como Salman Rushdie, escritor anglófono nascido na Índia (HART, 1996).

Para Hans Ulrich Gumbrecht (1999, p.115), a questão da identidade – formulada a partir da pergunta jocosa e retórica “É possível pensar e viver sem identidade?” –

deveria ser minimizada, no mundo atual, pela distribuição de múltiplas carteiras de identidade que, assim, poderiam atestar os inumeráveis processos e superposições identitárias que hoje, por assim dizer, fazem parte de uma normalidade. Pois, nestas novas práticas literárias, fundadas sobre territórios flexíveis, sem margem, de fronteiras negociáveis, privilegiam-se estatutos do impuro, do bastardo, do mutante, porque as experiências de separação, de desenraizamento e metamorfose transformaram-se em metáfora válida para os sujeitos contemporâneos que as vivenciam em sua experiência cotidiana de mundo. Este novo princípio de inquietude radical que dá perfil ao escritor nômade questiona de modo enfático idéias unitárias, legitimáveis pela suposição da existência de culturas homogêneas, privilegiadas e contínuas.

O terceiro exemplo que permite recolocar essas questões numa dimensão transnacional coloca em cena um personagem ficcional retirado do romance *Black Sunlight* do escritor zimbabuense anglófono, Dambudzo Marechera. Trata-se, portanto, de uma ilustração da chamada literatura pós-colonial, onde se expressa de forma radical e urgente a dissonância identificatória, que obriga a adotar atitudes de constante oscilação entre os antagonismos culturais de experiências de vida, onde se espelham variantes explícitas de tentativas multiculturais de orientação identitária. Uma situação marcada, neste sentido, pela simultânea *distância* e *participação*, e centrada sobre a impossibilidade de preservar uma identidade pessoal e coletiva no entre-espço das forças antagônicas da antiga África e da Europa, permitindo-se apenas a construção de uma identidade compósita, *transdiferente*. Essa espécie de flutuação cultural contextual, ou oscilação permanente, descrita por Schulte (1991, p.563), é experienciada pelo personagem do romance nos seguintes termos:

Europa estava na minha cabeça, compactada junto com a África, a Ásia e a América. [...] E eu à procura do meu próprio povo. Porém nunca o encontrava, tão somente caricaturas de um povo insistindo em ser tomado a sério. Talvez estivesse eu no planeta errado.  
Na pele errada, nesta pele negra.

O meu pequeno posfácio a essa passagem pretende situar a questão da construção identitária, no caso, com ajuda de reflexões teóricas de Paul Gilroy (2000) em seu recente livro *Against Race*. A questão subjacente básica – como se formam identidades específicas numa perspectiva de ressignificação do conceito de raça por atos criativos que a transcendem – encontra ressonância no chamado humanismo planetário *transblack* que é capaz de revitalizar novas sensibilidades éticas e modos de pertencimento ligados a territórios e culturas nacionais, mas confrontados por diversas solidariedades translocais que se formam na dispersão, na diáspora.

Segundo o autor, as culturas dissidentes encontram-se hoje em declínio, porque as complexidades da vida cultural contemporânea não permitem respostas que reduzam identidade a tradições culturais enquanto repetições invariáveis, como se tratasse de uma lista fechada de regras rígidas, imunes às condições históricas particulares. As tradições dissidentes inauguradas pela luta contra a escravidão e pelo reconhecimento, que justificaram inicialmente a sua razão de ser, passaram por transformações motivadas por forças translocais, políticas e econômicas e múltiplas outras demandas identitárias singulares. Nesta ótica, a concepção de um humanismo planetário pragmático despede, com a sua força subversiva, formas humanistas essencialistas e, junto com elas, a idéia da cultura como propriedade herdada. Emerge, em contraposição, a idéia da cultura como herança vivida concretamente. O conceito de *black atlantic culture*, usado por Paul Gilroy, inaugura, deste modo, uma nova compreensão e uma nova solidariedade geopolítica, fundadas ambas sobre uma ecologia distinta de pertencimento, a partir de novas relações construídas sobre entre-lugares e sobre trans-identidades. Estas, então, demandam análises atentas à fluidez e à contingência de uma determinada situação para entender as inter-relações geopolíticas de espaço, identidade e poder, moldadas por uma dupla estrutura de consciência do *dentro* e do *contra*, e para entender, ainda, que o pertencimento identitário não pode ser visto como expressão de uma identidade humana geral, mas antes precisa ser entendido como construído e particular. Também neste caso o conceito de *transdiferença* permite enxergar movimentos de oscilação, porque a negação da existência de algo como uma identidade essencial encontra sua contraproposta na afirmação de *constelações híbridas*. Não são os sujeitos universais que circulam na história concebida no singular. É por isso que são bem vindas concepções e formas inovadoras de representação, mais apropriadas e sutis que não repitam apenas padrões de nossas molduras conceituais tradicionais institucionalmente sancionadas, mas que saibam situar a pluralidade de nossas vidas heterogêneas, dos nossos passados e presentes – vários e variados – de modo relacional, sem por isso assumir o ônus de um relativismo radical politicamente inoperante. Seja nas experiências práticas, seja nos circuitos da comunicação literária.

Os exemplos citados formam, por assim dizer, o pano de fundo de minhas reflexões. Neles emergem identidades de irreduzíveis processos de hibridação, construídas a partir de intercâmbios e relações laterais entre elementos móveis que se modificam constantemente nestas próprias transações.

Noções processuais como disseminação, dialogia, heteroglossia, completadas por belas metáforas como rizoma, nomadismo, creolização, mestiçagem, hibridação, etc., ainda que de campos semânticos distintos, circulam hoje como uma espécie de antídoto contra um pensamento fundado sobre sistemas binários excludentes, onde um dos pares conceituais se torna necessariamente totalizante e o outro invisível.

Nesta situação, onde se mesclam convicções epistemológicas e projetos políticos, o acento de sinal positivo é atribuído, de modo geral, a modelos que enfatizam domínios inclusivos, esferas *intermezzo*, espaços *in-between*, que privilegiam heterarquias e heterodoxias, mas que atendem, igualmente, às necessidades de construir campos conceituais de altíssima complexidade e mobilidade, capazes de tornar visíveis os modos de experiência vivencial nas sociedades contemporâneas a partir de seus próprios modelos de representação.

Se o conceito de *transdiferença* é capaz de oferecer uma nova perspectiva para essas questões, depende de sua força explicativa e persuasiva. No momento, segundo os próprios idealizadores, trata-se de um “*concept in progress*”.

No contexto dessa discussão, parece-me oportuna, também, uma última indagação acerca dos modelos de pensamento, percepção, representação e comunicação adequados a dar visibilidade a fenômenos literários atuais que escapam à cultura exclusiva do livro impresso e que, por extensão, sinalizam elos com problemas de nossa experiência atual.

Hoje se torna necessária a elaboração de modelos comunicativos alternativos, simultaneamente sensíveis à auto-reflexão, sinestesia e multimedialidade que permitem lidar com configurações tecnológicas digitais do fenômeno literário afetando profundamente a sua produção e as opções de sua teorização pela ampliação de sistemas comunicativos monossensoriais em direção a formas multimidiáticas.

A presença de tecnologias multimidiáticas digitais provoca questionamentos acerca do estatuto fluido de textos literários, que não só demandam processos perceptivos e interpretativos capazes de construir sentido das novas interações, mas igualmente a redefinição de conceitos de realidades ficcionais e factuais. Quando o texto literário migra do livro impresso para o ciberespaço, alterando-se o circuito comunicativo de sua produção, mediação, leitura e análise crítica, emergem desafios significativos para estudos de literatura, baseados na relação simbiótica entre teorização e experiência prática.

Nas últimas duas décadas discutiram-se muito, e de modo polêmico, as consequências da mídia digital para a sociedade. No discurso acadêmico, prevaleceram antes reflexões sobre as transformações epistemológicas gerais promovidas pelo advento da sociedade informática digital, geralmente explicitadas a partir da projeção de sucessivas viradas – linguística, pictorial, cibernética – como traduções emblemáticas de nossa experiência contemporânea com reflexos sobre os nossos sistemas de pensamento e as nossas formas de construir conhecimento. A suposta passagem da modernidade para a pós-modernidade, na ótica de hoje, parece relativamente suave, comparada à passagem classificável como *cybernetic turn*, que está provocando mudanças tão abrangentes e radicais que excedem e desafiam as nossas capacidades de entendimento. As suas consequências não só tangem as nossas condições cognitivas e comunicativas, sociais e individuais, naturais e

artificiais, estéticas e cotidianas, elas afetam as próprias condições e hábitos de percepção e observação (JAHRAUS, 2000).

Existem em nossa área de estudos de literatura ainda poucas reflexões teóricas e investigações empíricas acerca de fenômenos empíricos concretos que emergem como formas especificamente tecnodigitais. Entre estas, os exemplos mais visíveis correspondem às novas formas literárias sem possibilidade de tradução para o formato do livro, porque elas resultam do uso do computador e de sua rede tentando explorar *esteticamente* potencialidades ofertadas por esses processos midiáticos e seus modos de comunicação. Os papéis e conceitos tradicionais atribuídos ao leitor, ao autor e ao texto como componentes desse circuito do fenômeno literário precisam ser ajustados quando passamos da estrutura discursiva linear da tecnologia impressa – preto no branco – para a forma multimidiática da tecnologia digital. A linguagem eletrônica está alterando o nosso relacionamento com o texto ao torná-lo móvel e efêmero, distanciando-o da forma contemplativa desenvolvida na cultura do livro. A internet oferece uma moldura processual e comunicativa distinta, com ressonâncias significativas no campo da literatura. Entre as tendências e utopias da arte e cultura midiáticas atuais, destacam-se especialmente formas de *intermedialidade* na literatura digital vinculadas com a emergência de um gênero provisoriamente chamado de *interficções*. O termo usado por Roberto Simanowski (2002), no livro *Interfictions. Vom Schreiben im Netz*, pretende enfatizar neste tipo de literatura, não apenas a sua produção e recepção interativa, já presentes em múltiplas formas experimentais no próprio livro impresso e nos projetos teóricos em torno do livro infinito, por exemplo, mas dar relevo à condição intermediária da fusão da escrita, da imagem e do som, exclusivamente possível na forma digital.

Neste sentido, escrever na rede não se refere à adaptação do processo produtivo usual para uma nova mídia da representação, mas caracteriza, antes, um procedimento que se funda nas possibilidades estéticas específicas da mídia digital, acentuando, portanto, a *diferença*. E a diferenciação explícita entre interior/ exterior, entre texto/contexto. Essa literatura não terá o livro como estágio final, e consiste de textos impossíveis de serem lidos da esquerda para a direita e do início ao fim, porque o leitor precisa, primeiro, configurá-los e por vezes até escrevê-los. Estamos lidando com uma literatura produzida com palavras que se movem, que dançam, que modificam suas cores e seus elementos e se aliam com imagens e sons, parecendo esperar por sua entrada programada em cena, como se fossem *atores de letras*. Esta literatura performática, que se assemelha antes a um evento em permanente estado de emergência e não a uma obra acabada, distinguindo-se por seu caráter hipertextual, interativo e multimidiático, levanta uma questão básica: até que ponto se trata ainda de literatura e não de imagens textuais ou cinema escrito ou simplesmente da realização do sonho revivido da obra de arte total, desta vez de proveniência digital?

Por enquanto, faltam reflexões teóricas que acompanhem a energia das produções experimentais da literatura digital, mas ainda que as questões conceituais estejam longe de terem encontrado uma solução aceitável, podemos basear uma classificação provisória a partir de três características simultaneamente presentes: *interatividade*, *intermedialidade* e *encenação*. Enquanto a primeira sublinha a participação do receptor na construção da obra, incluindo projetos de escrita que convidam os leitores à co-autoria, a segunda – a *intermedialidade* – sinaliza uma relação conceitual integrativa dos meios expressivos tradicionais da linguagem, da imagem e da música, valorizando a sua singela fusão conceitual em lugar da mera combinação baseada na contigüidade. A *encenação*, por último, investe enfaticamente no gesto performativo – seja em relação à programação interna da obra, seja em relação à dependência do receptor – e resulta no envolvimento de palavras e imagens em processos de animação, por exemplo, que transformam o caráter textual em evento dinâmico.

Mas como localizar, nesta proposta classificatória, um lugar privilegiado para a palavra e a escrita, para confortavelmente assumirmos que ainda estamos lidando com algo que aceitamos como literatura e que, em última análise, demandaria a presença de fronteiras? Uma pergunta que levanta a delicada questão se esse novo fenômeno de fato poderia ocupar legitimamente um assento no chamado sistema literário, ou se deveríamos indicar-lhe um entre-terreno alternativo no sistema classificatório das artes, mesmo sendo um assentamento provisório, sujeito a polêmicas defesas e objeções como é a regra na república das letras.

Mais uma vez lidamos com configurações híbridas que, nos termos propostos por Bhabha, transitam em espaços *além*, exigindo formas de teorização atentas a esses movimentos transicionais marcados pela reversibilidade. O entendimento deste processo circular, contrariando os nossos modelos opositivos binários tradicionais, parece-me especialmente urgente quando entramos no universo do ciberespaço a partir de instrumentos de conhecimento que pretendem comprovar a sua eficácia e plausibilidade numa orientação teórica que leva em consideração o circuito empírico de sua produção, mediação, leitura e análise científica (OLINTO, 2003).

Desafios teóricos e conseqüências práticas sobre o pano de fundo dos acelerados debates teóricos, nos últimos anos, acerca das novas condições midiáticas digitais enfatizam a necessidade de uma teorização especialmente sensível à sua prática material. Neste contexto, a pesquisa de ofertas midiáticas reforça a idéia de que elas representam simultaneamente produtos e condições dos nossos processos culturais. Em outras palavras, mídia não se entende apenas em sua qualidade de forma midiática técnica, mas, do ponto de vista histórico e sistemático, como processo em que percepção, sensação e pensamento encontram suas características representações contíguas. Análises midiáticas científicas precisam ser refletidas no

campo cultural ou estético, antes de mais nada, porque as novas mídias de elevado teor técnico obrigam a uma série de reformulações mídia-científicas no campo das ciências humanas. Os processos do circuito comunicativo das formas eletrônicas, telecomunicativas, da produção, distribuição e recepção cultural representam uma ruptura histórica para todas as sociedades e alteram profundamente tanto a relação dos indivíduos com as dimensões de espaço e tempo, com processos sociais e comunicativos, quanto influenciam a relação entre espaços regionais e globais, entre o presente e a história das sociedades, além de toda a relação entre sistemas culturais materiais e imateriais.

As práticas culturais e estéticas encontram-se em processos de vertiginosa e acelerada transformação e hibridação e, concomitantemente, os domínios disciplinares enfrentam dificuldades no uso de paradigmas científicos comprometidos com molduras dicotômicas que fecham as fronteiras da diferença. Ao confirmar identidades herdadas e estáveis, eles se confrontam com uma civilização tecnocientífica, caracterizada pela pluralização de culturas mundiais que demandam a formação de novos pressupostos para o seu entendimento.

Todas estas questões acerca das novas constelações midiáticas híbridas – problematizadas nos experimentos práticos e na elaboração de projetos teóricos – que circulam hoje nos espaços disciplinares das ciências humanas e sociais formulam implicitamente a seguinte pergunta: como encontrar, então, instrumentos analíticos capazes de descrever estas configurações híbridas recentes, de modo mais adequado à sua crescente complexidade e mobilidade?

O livro de Christiane Heibach (2000), *Literatur im Internet* ilustra de modo exemplar as dificuldades de um teórico da literatura diante desta literatura digital e os riscos de tornar invisível o objeto sob investigação por um olhar míope. A sua proposta sugere uma teoria de hipertextos e hipermídia, em constante elaboração, verificação e modificação a partir da análise empírica de experimentos concretos que hoje circulam na rede digital da internet. Este próprio projeto teórico em movimento, intitulado pela autora como teoria e prática de uma estética *cooperativa*, acentua a necessidade de elaborar métodos híbridos, flexíveis, em constante diálogo com a empiria, o que permite tematizar e discutir os procedimentos da investigação científica com relação às formas alteradas de uma literatura cuja casa deixou de ser o livro impresso aprisionado entre duas capas. Neste limiar entre teoria e prática, emergem momentos de tensão que acompanham a construção de uma moldura heurística para as análises concretas da literatura digital. Segundo a autora, a proposta precisa ser entendida a partir da ênfase sobre o conceito de *oscilação*, que permite situar as novas formas de expressão de hipertextos literários como “movimentos oscilantes” entre diversos sistemas semióticos. Nesta ótica, enfraquece, igualmente, o potencial explicativo de teorias fundadas sobre a articulação entre figura e fundo apropriada da psicologia da *gestalt*, que,

embora tematizando a instabilidade da percepção visual na construção de imagens a partir do movimento ocular do *switch*, não abrangem as transformações do devir contínuo, que caracterizam as experiências com imagens moventes animadas pelo computador. Estas demandam uma teorização que leva em conta novos movimentos de expansão baseados na dinamicidade constante (HEIBACH, 2000). O movimento de oscilação permite fundar os novos fenômenos literários eletrônicos no modelo dinâmico do movimento, porque ele corresponde ao processo infinito entre diversos níveis, que cria algo novo a partir dos jogos cooperativos dos sistemas sociais, midiáticos e técnicos articulados pelo computador. Os cenários construídos nunca adquirem um estágio definitivo e acabado em função das múltiplas interações em curso e em função dos constantes movimentos de transformação. Por isso a ênfase sobre a oscilação.

A compreensão de movimentos e variações vinculados com processos de temporalização suscita a elaboração de conceitos capazes de descrever não objetos, mas *eventos*. Neste âmbito, enfraquecem conceitos que traduzem a redução da complexidade por meio da busca de elementos similares de fácil generalização à custa da heterogeneidade, esmagada por uma classificação que impõe uniformidade.

Heibach (2003) refere-se, ainda, aos conceitos de transversalidade e transfugacidade para dar relevo à fusão radical entre literatura e tecnologia computacional recente na busca de novas formas estéticas. Ela considera indispensável investigar a alteração das condições técnicas para a transformação das formas literárias com elas articuladas, mas enfatiza igualmente a necessidade de entender e explicitar as novas propriedades para a compreensão dos estudos de literatura em uma perspectiva teórica. Transversalidade, termo criado pelo filósofo Wolfgang Iser (1987), corresponde, em sua leitura, à capacidade de aceitar a diferença do outro apesar da orientação dos discursos sobre o dissenso, preservando-se, portanto, a capacidade comunicativa. Em outras palavras, trata-se de considerar aceitáveis, do ponto de vista filosófico, possíveis alianças entre sistemas epistemológicos eventualmente distintos. A disposição de experimentar novas formas de cruzamento de códigos diversos pode ser transferida, sem restrições, para o gênero literário interficcional, especialmente interessado na exploração de potenciais hipertextuais que estimulam tanto a hibridação entre os mais variados documentos midiáticos quanto travessias de fronteira com respeito aos próprios conteúdos. Transfugacidade e transversalidade tentam descrever, assim, o fenômeno da literatura digital em sua velocidade e transitoriedade, acentuando, no caso, o estilo performático vinculado com incessante expansão e transformação, criando um tecido multilinear, desierarquizado, acidental.

Não é de se estranhar, nesta situação, que sejam frequentemente os próprios escritores e poetas que teorizam sobre o novo gênero interficcional na cena eletrônica



da literatura, assumindo, na prática, o duplo papel que lhes reserva uma estética cooperativa baseada em projetos que ensaiam novas configurações híbridas.

OLINTO, H. K. Hybrid constellations. **Itinerários**, Araraquara, n.27, p.15-31, July./Dec. 2008.

■ **ABSTRACT:** *The constant presence of the terms hybrid, hybridity, and hybridization suggests their special explicatory strength in the current discussion about concepts of identity and difference. The reflections proposed here focus on recent theoretical projects that try out alternative models to understand the complexity and range of new hybrid constellations, among them literary communication processes. Our emphasis will be on Breinig and Lösch's proposal, which locates the relationship identity/difference along the lines of transdifference, engaging in dialogue with theoretical models whose main concerns are processes of hybridization in identity configurations.*

■ **KEYWORDS:** *Cultural processes. Literature. Hybridization. Transdifference.*

## Referências

ALLOLIO-NÄCKE, L.; KALSCHUEER, B.; MANZESCHKE, A. (Ed.). **Differenzen anders denken**. Frankfurt: Campus, 2005.

BARTH, J. The literature of replenishment. In: \_\_\_\_\_. **The Friday book**. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1984. p.193-206.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BREINIG, H.; LÖSCH, K. Introduction: difference and transdifference. In: BREINIG, H.; LÖSCH, K.; GEBHARDT, J. (Ed.). **Multiculturalism in Contemporary Societies**. Erlangen: Universitätsbund, 2002. p.11-36.

CANCLINI, N. G. Noticias recientes sobre la hibridación. 2003. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/pacc/artelatina/Nestor/html>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

\_\_\_\_\_. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 1998.

GILROY, P. **Against race**. Cambridge: Harvard UP, 2000.

GOLDBERG, D. Multicultural Conditions. In: \_\_\_\_\_. **Multiculturalism**. Cambridge: Blackwell, 1994. p.1-38.

GUMBRECHT, H. Minimizar identidades. In: JOBIM, J. L. **Literatura e identidades**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p.115-124.

HART, D. Die literarische als kulturelle Tätigkeit. In: BÖHME, H.; SCHERPE, K.R. (Org.). **Literatur und Kulturwissenschaften**. Reinbeck bei Hamburg: Rowohlt, 1996. p.320-340.

HEIBACH, Ch. **Literatur im elektronischen Raum**. Frankfurt: Suhrkamp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Literatur im Internet: Theorie und Praxis einer kooperativen Ästhetik**. 2002. 397 f. Dissertation. Universität Heidelberg, Berlin, 2000.

JAHRAUS, O. **Kybernetik als Beobachtungsinstrument einer totalen und vernetzten Medienevolution**. 2000. Disponível em: <<http://www.iasl.uni-münchen>>. De/rezensio/liste/jahrausre.htm>. Acesso em: 16 jul. 2003.

OLINTO, H. K. Carteira de identidade(s) de validade limitada. In: CABRAL, L.; HORTA, L.P. (Org.). **Discurso, identidade, sociedade**. Campinas: Mercado das Letras, 2002. p.257-265.

\_\_\_\_\_. Literatura/cultura/ficções reais. In: OLINTO, H. K.; SCHOLLHAMMER, K. E. (Org.). **Literatura e cultura**. Rio de Janeiro: Edições Loyola: Ed. PUC-Rio, 2003. p.72-86.

SCHULTE, B. Interkulturelles Schreiben: Brüche und Paradoxien in anglophoner afrikanischer Literatur. In: GUMBRECHT, H.U.; PFEIFFER, K.L. (Ed.). **Paradoxien, Dissonanzen, Zusammenbrüche**. Frankfurt: Suhrkamp, 1991. p.552-570.

SIMANOWSKI, R. **Interfictions. Vom Schreiben im Netz**. Frankfurt: Suhrkamp, 2002.

WELSCH, W. **Unsere postmoderne Moderne**. Weinheim: Acta Humaniora, 1987.

■ ■ ■